

Juiz instaura inquérito para apurar invasão de reserva

Foz do Iguaçu (Sucursal) — O juiz federal Elgar Antonio Lippmann Júnior, de Foz do Iguaçu, determinou ontem a instauração de inquérito policial para comprovar denúncia de invasão da área indígena Ava-guarani, em São Miguel do Iguaçu (50 quilômetros de Foz).

Lippmann e o procurador da República Clemerson Merlin Cleve estiveram na reserva no último sábado. O cacique Pedro Alves e o índio Alfredo Fernandez foram ouvidos ontem pela Polícia Federal.

A invasão teria sido praticada para retirada ilegal de madeiras de lei do território dos Ava-guarani. Pela Constituição Federal, todas as reservas florestais existentes em áreas indígenas são tidas como de preservação permanente. As áreas ocupadas pelos índios pertencem à União e a Procuradoria da República que deve defender seus direitos.

Estão assentados na reserva — 250 hectares nas margens do lago de Itaipu — 30 famílias, há cerca de oito anos. Segundo Alfredo Fernandez, quando

elas chegaram lá já havia muito pouca caça, e hoje só existem preás. A madeira e a canna foram vendidas aos brancos. O procurador Clemerson Merlin Cleve, que retornou ontem a Curitiba, deve pedir nos próximos dias a demarcação da área e o fechamento das estradas que atravessam a reserva.

O cacique dos avas, Pedro Alves, disse que a Funai — que tem um só representante na região, Valderico Ferreira — "não dá nenhuma assistência. Quando a gente precisa, tem de procurar por ele nos bares de São Miguel, quando não está pescando no Rio Paraná". Segundo o cacique, são os brancos que fazem o preço da lenha que é vendida pelos avas. Atualmente o preço de Cr\$ 400,00 por metro cúbico.

Cleve garante que procuraria no início desta semana a Funai para tomar providências. Os culpados pela devastação da floresta, caso isso seja comprovado, podem pegar cadeia e ter de pagar multas, cujos valores seriam revertidos para os índios.



As famílias indígenas vivem com a proteção da Funai, segundo dizem.